

Rizzatto Nunes

MANUAL DA MONOGRAFIA JURÍDICA

15ª edição

Revista, atualizada
e ampliada

2024

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

1

O projeto de pesquisa e monografia

1.1 PRELIMINAR

Algumas escolas exigem que os alunos elaborem o chamado projeto de pesquisa ou projeto de monografia ao iniciarem o período final do curso, o que, na maior parte delas, se dá no início do 4º ano letivo.

É importante, então, que apresentemos a você, estudante, uma sugestão para a apresentação do projeto de pesquisa que irá desembocar na monografia.

Consigne-se, no entanto, previamente, que é preciso cumprir as normas estabelecidas pela escola em relação ao projeto. Nem todas estabelecem tais regras, mas há aquelas que as fixam, e nesse caso é necessário cumprir o cronograma, ir às reuniões, atingir as metas, não perder prazos etc.

De qualquer forma, de nossa parte, iremos na sequência apresentar um sistema básico de redação e planejamento do projeto.

Anote-se, também, que o modelo aqui apresentado serve para pedido de bolsa de estudo, para o qual se exige projeto de pesquisa, sempre, claro, com o cumprimento das regras específicas estipuladas pela instituição/Agência de Fomento para a concessão do benefício.

1.2 TÍTULO/TEMA

O projeto deve ser encaminhado com a indicação do tema a ser pesquisado. O tema corresponderá ao título do trabalho monográfico. Para saber como fazer para definir o tema, consulte o Capítulo 2 *infra*.

1.3 JUSTIFICATIVA

Abra um item justificando a escolha do tema. Aponte sua pertinência, isto é, sua importância, indicando a relevância da pesquisa que terá de ser empreendida.

1.4 OBJETIVOS

Ligados à importância do tema e relevo da pesquisa, você deve apontar os objetivos que pretende alcançar.

Não se trata, claro, de uma apresentação dos próprios objetivos, pois esses só virão com a pesquisa e o trabalho prontos. O que você tem que demonstrar é quais são os objetivos almejados com a pesquisa que será feita. Trata-se de uma projeção; de um, digamos assim, desejo de realização.

1.5 METODOLOGIA

Aqui você apresentará os meios pelos quais irá produzir a pesquisa. Para tanto, consulte o Capítulo 3 *infra*, nos três itens, e

examine os quadros lá descritos. Indique os tipos de materiais que serão coletados.

Detalhe a perspectiva planejada: se for fazer pesquisa de campo, como será, onde ocorrerá etc.; da análise da jurisprudência, aponte os Tribunais e Revistas que pretende examinar; idem para a avaliação doutrinária etc.

1.6 BIBLIOGRAFIA A SER UTILIZADA

Você deve apresentar no projeto uma bibliografia básica inicial da pesquisa e trabalho que serão realizados.

Isso significa, portanto, que você tem que fazer uma, ainda que breve, pesquisa bibliográfica prévia. Para tanto, sirva-se dos itens 4.2 e 4.3 *infra*. Quanto à forma de apresentar os dados bibliográficos, utilize-se das indicações do item 6.6 *infra*.

1.7 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Nesse tópico cada aluno tem que considerar o tempo que sua escola está propiciando para a realização da pesquisa, a produção de monografia, o depósito dos exemplares, e tudo na relação com a orientação também planejada. Haverá, portanto, variações de escola a escola.

De qualquer maneira, o básico num cronograma de atividades envolve o número de dias/semanas que o aluno pretende gastar com cada atividade, tais como levantamento bibliográfico completo, leitura e fichamento dos textos, pesquisa de campo “in loco”, pesquisa de opinião com formulários¹, entrega e recepção dos resultados, análise

1. Se isso estiver planejado (pesquisa de opinião), aconselha-se que pelo menos uma amostra do formulário seja entregue junto com o projeto, apresentado e comentado no item 1.5 (Metodologia).

da jurisprudência, início e fim da redação, releitura e correção do texto, impressão e acabamento etc.

Tudo isso, que deve ser detalhado, no entanto, é não só um planejamento prévio como, de outro lado – é preciso que se coloque –, não é uma camisa de força. Claro que você poderá ir escrevendo parte do texto enquanto examina a doutrina, faz a pesquisa etc.

Aliás poderá, não deverá, pois essa é uma boa maneira de produzir a monografia. Ver a esse respeito mais detalhes no Capítulo 4 *infra*, “A monografia: início das tarefas”, especialmente item 4.1, letra “b”.

1.8 ANEXOS

Anexe ao projeto documentos indispensáveis para seu entendimento. Por exemplo, se você for fazer uma pesquisa de opinião, é importante, desde logo, juntar os formulários com os quais pretende obter o material².

1.9 FORMATAÇÃO

O projeto deve ser entregue seguindo as determinações ditadas pela instituição. Na falta delas, utilize o seguinte:

1.9.1 Encadernação-capa e lombada

A encadernação deve ser feita em espiral (capa em PVC – plástico – do tipo transparente, com miolo preso por espiral plástico ou arame recoberto de plástico).

2. E que, conforme já dissemos na nota anterior, deve ser apresentado e comentado no item 1.5 (Metodologia).

Se o número de folhas comportar, pode ser feita encadernação com capa dura e, também, se possível, fixar com lombada.

Da capa devem constar os elementos descritos no subitem 7.2.3 *infra* e da lombada, os descritos no subitem 7.2.2.

1.9.2 Tamanho de folha e impressão

Utilize o papel A4 branco (21 cm × 29,7 cm).

A impressão é feita num só lado da folha (no averso), usando-se a melhor definição de tinta que a impressora tiver e na cor preta.

1.9.3 Tipo e corpo de letra

O tipo de letra a ser utilizado fica a critério do estudante. Os mais comuns são o Arial e o Times New Roman. Já o tamanho do corpo recomendado é o 12, com algumas exceções: por exemplo, o Times New Roman possui formato menor, e, por isso, o mais indicado seria o corpo 13 ou 14.

Nas citações de mais de três linhas e nas notas de rodapé, a fonte deve ter corpo menor que o texto.

1.9.4 Margens e espaçamento

As folhas devem obedecer às seguintes margens:

- a) superior: 3 cm
- b) inferior: 2 cm
- c) esquerda: 3 cm
- d) direita: 2 cm³

3. Veja exemplo das margens no item 7.2.8 *infra*.

O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5 para que a leitura fique mais fácil e fluente.

Para o uso do espaçamento nos títulos internos do projeto, bem como das seções e títulos deve ser seguido o indicado nos subitens 7.2.8 e 7.2.9 *infra*.

Nas citações de mais de três linhas, nas notas de rodapé e nas Referências o espaçamento deve ser simples.

1.9.5 Numeração das folhas e dos rodapés⁴

As folhas são numeradas em arábico, à direita, no canto superior. O tipo de letra e o corpo devem ser os mesmos utilizados no texto.

As folhas anteriores ao texto propriamente dito (antes da introdução) devem ser contadas, mas não numeradas.

1.9.6 Sumário

O sumário deve ser elaborado conforme descrito no subitem 7.2.7 *infra*.

1.9.7 Referências

As referências bibliográficas devem ser elaboradas conforme descrito no item 6.6 *infra*.

4. Para uma adequada elaboração da nota de rodapé, siga as orientações do subitem 7.2.11 com os demais capítulos e itens lá referidos.

6

A redação da monografia

Chegamos, enfim, ao momento próprio de produção do texto. Nesse instante, é importante que as etapas anteriores tenham sido cumpridas.

No entanto, ainda que alguns elementos faltem (p. ex., um livro que não tenha sido encontrado) ou venham a surgir novas necessidades daqui para a frente, a redação, de qualquer maneira, deve ter início. Será possível, mesmo nesta fase, fazer pesquisa e buscar novos dados a serem utilizados, porém não se deve atrasar o início da redação da monografia.

6.1 A LINGUAGEM USADA NO TEXTO

6.1.1 Aspectos gerais

Teoricamente um trabalho científico deveria ser produzido para que toda a comunidade o entendesse. Para tanto, a linguagem utilizada na redação deveria ser a mais simples possível. O autor deveria utilizar-se de termos compreensíveis para os cidadãos em geral.

Todavia, o texto do trabalho científico não tem essas características. Basicamente por dois motivos: a) a necessidade de utilização do linguajar técnico da área específica de investigação, uma vez que é impossível elaborar um trabalho científico sem lançar mão desse recurso; b) a exigência de apresentar proposições controláveis em termos de rigor linguístico e que permitam à comunidade científica, na qual o trabalho está inserido, entender a comunicação.

Esses motivos fizeram com que a monografia acabasse por se construir cada vez mais por uma linguagem técnica, de tal maneira que essa é a característica fundamental do texto.

Elaborar um texto técnico e, ao mesmo tempo, ou *a posteriori*, “traduzi-lo” para o público leigo exige um esforço brutal do autor, que teria, praticamente, de escrever dois textos. De todo modo, não se esqueça que você deve escrever para os leitores: os membros da banca, evidentemente, e, claro, o orientador, mas também para todos os outros leitores potenciais – da área ou não. A preocupação de quem escreve deve estar voltada para quem lê.

No campo jurídico não é diferente. Deve-se usar uma linguagem técnica nos seus sentidos estritos e rigorosos para que a comunicação se faça de modo adequado aos estudiosos da área.

É fato, porém, que nenhum texto científico consegue ser elaborado com a utilização apenas dos termos técnicos. É sempre necessária uma mescla com a linguagem natural. A língua pátria é fundamental para dar suporte às hipóteses, às apresentações, ao arranjo geral do texto, à amarração dos capítulos etc.

No campo do direito, sem dúvida, a mescla da linguagem técnica com a natural é marca característica dos textos em geral. No entanto, isso não significa que será possível usar termos técnicos com os mesmos vícios que a linguagem comum comporta. Uma monografia científica tem de ser precisa. Ora, se se vai utilizar linguagem técnica – o que é inevitável –, ela tem de estar adequada ao contexto da

investigação. Não há problema em utilizar linguagem comum, o que não se pode fazer é empregar linguagem coloquial, chula ou gíria (do tipo: “sabe, né?”, “falô”, “é isso aí”, “tá falado”). Além disso, lembro que a linguagem há de ser clara e formal, mas não precisa – nem deve, como penso – ser gongórica ou rebuscada.

Como é sabido, o uso de termos vagos, imprecisos, ambíguos, na linguagem natural é frequente e, apesar de seu uso rotineiro, não interrompe nem prejudica a comunicação, uma vez que não há preocupação com o rigor.

É verdade que os termos técnicos também aparecem na comunicação regular dos indivíduos, mas, também, podem e acabam sendo utilizados com sentidos trocados ou sem precisão adequada. Para ficarmos com um exemplo da área jurídica, basta uma olhada no uso de termos jurídicos pela grande imprensa. Troca-se frequentemente “sequestro” por “raptô”; “furto” e “roubo” são tomados como sinônimos; “decisão judicial” é intitulada “parecer” etc.

Já no plano do trabalho científico deve-se tentar evitar ao máximo o uso de termos imprecisos, vagos ou ambíguos, ainda que se tenha de utilizar da linguagem natural. E, ainda que seja praticamente impossível eliminar completamente o uso de termos imprecisos ou vagos, é preciso muita atenção para identificá-los, cuidado na sua colocação e apuro para verificar se haverá necessidade de explicação adicional ou troca do termo por outro¹. Contudo, na utilização do termo técnico, seu sentido tem de ser rigoroso.

É certo que, pelo menos na área jurídica (mas, também, em outras, como a linguística, a filosofia etc.), há conceitos definidos de forma diversa por vários autores. A própria palavra “direito” é o

1. Sobre os vícios da linguagem natural e os problemas dos vícios na linguagem jurídica, ver Genaro R. Carrió, *Notas sobre derecho y lenguaje*, *passim*.

exemplo mais elucidativo disso: há várias propostas para sua definição; livros inteiros tratam só do conceito de “direito”.

Ora, se isso é realmente um fato, o investigador, sempre que se deparar com termos técnicos que comportarem mais de um sentido, terá de deixar claro a qual deles se filia e em qual sentido os utiliza.

Evidentemente, os termos técnicos tidos como lugares-comuns da argumentação jurídica ou dos textos normativos não precisarão dessa distinção, nem da tomada de posição pessoal. Quando o investigador escrever “lei federal”, “costume jurídico”, “apelação”, “agravo de instrumento”, não terá necessidade de definir tais termos. Como, também, se se referir ao Código Civil brasileiro, não precisará citar a Lei n. 3.071, de 1^o-1-1916.

E, exatamente pela mesma razão, não poderá usar “raptó” no lugar de “sequestro”. É compreensível que o público leigo confunda os dois, mas inadmissível que o estudioso da área jurídica o faça.

Haverá, no entanto, um tipo de trabalho que exigirá abordagem do sentido desses termos que são lugares-comuns, inclusive com sua evolução histórica, sua etimologia etc. Será aquele cujo tema seja exatamente o próprio termo. Por exemplo: “O costume jurídico” ou “O recurso de agravo de instrumento” etc.

Você deve tomar cuidado com o uso de frases ou termos que não sejam passíveis de ser demonstrados ou comprovados. Assim, por exemplo, devem ser evitadas expressões como “todos entendem que”, “para a maioria”, “não há nenhuma decisão nesse sentido”, “ninguém concorda” etc.

Para utilizar essas proposições é necessário demonstrar sua validade e ter em vista seu conteúdo. É muito difícil senão impossível fazer a demonstração: não há como provar que não existem decisões judiciais sobre aquele assunto; é impossível provar que ninguém concorda etc.

Se você quiser usar esse tipo de argumento, altere a redação. Explique, por exemplo, que na sua pesquisa, feita nas decisões publicadas na revista X do tribunal Y, no ano Z, não foi encontrada nenhuma decisão judicial contrária àquela tese. Ou diga que os autores A, B, C, D etc. pensam nesse sentido; enfim, demonstre e comprove claramente suas afirmações.

6.1.2 Eu ou nós?

Uma dúvida corrente: o estudante deve produzir seu texto na primeira pessoa do singular (“eu acredito que...”) ou na primeira do plural (“nós pensamos que...”)?

A comunicação científica deve ter um caráter formal e impessoal. Por conta disso, deve-se evitar a construção da oração na primeira pessoa do singular. O mais adequado é construí-la com o “nós” ou utilizar-se de recursos que tornem o texto impessoal. Assim, por exemplo, as seguintes expressões: “conclui-se que”, “percebe-se pela leitura do texto”, “é válido supor”, “ter-se-ia de dizer”, “verificar-se-á” etc.

Não é necessário, portanto, dizer: “conforme vimos no item anterior”. Diz-se: “conforme visto no item anterior”, ou, em vez de “dissemos que”, “foi dito que” etc.²

Apesar do uso do “nós” ou da expressão impessoal ser o mais indicado, vai acontecer de em determinados trechos do trabalho você ter de utilizar o “eu” para não prejudicar o entendimento. Variar-se-á, nesse caso, a forma para salvar a comunicação.

Por exemplo, neste livro, no subitem 6.3.6.2, letra “b”, foi necessário usar o “eu” para explicar um procedimento específico. Não

2. Ver, no mesmo sentido, Umberto Eco, *Como se faz uma tese*, p. 120.

haveria outra forma de fazê-lo. Se se tivesse utilizado o “nós” a comunicação teria ficado falha (verifique).

6.2 A INTRODUÇÃO

Não se escreve a monografia para si mesmo. Ela é elaborada para que outros a leiam, já disse. Essa é uma assertiva que o estudante deve ter em mente durante a feitura de todo o texto, e com muito mais razão deve levá-la em conta neste ponto.

A introdução, como o próprio nome indica, deve propiciar ao leitor uma visão panorâmica do que virá, introduzindo-o no tema explorado. Ela é, portanto, uma promessa.

Deve, também, não só apresentar eventuais dúvidas e problemas que surgiram durante a investigação, mas também mostrar até a dificuldade existente para a escolha do próprio tema.

Além disso, é importante dizer algo a respeito do método utilizado na elaboração da monografia como um todo, isto é, pesquisa, organização, redação etc. E, se necessário, apresentar a forma especial de raciocínio utilizada.

Tudo isso de maneira sucinta, sem qualquer desenvolvimento. Geralmente se gastam duas ou três páginas com a introdução³.

Se, eventualmente, a monografia trazer algo novo, por exemplo, em relação ao método de apresentação do trabalho, e isso for fundamental, será necessário realçar esse ângulo. Porém, como a introdução há de ser sintética, sua exposição extrapolaria os limites impostos. Nesse caso, o correto é fazer mera indicação desse aspecto e abrir a redação com um capítulo preliminar que discuta e apresente a questão do método.

3. Claro que guardadas as proporções na relação com a dimensão do trabalho. Todavia, ainda que a monografia tenha 600 páginas a introdução deve ser curtíssima.